

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-029-9

DOI 10.22533/at.ed.299212904

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no. 100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO: PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTO E ESTIGMA	
Robson Sueth	
DOI 10.22533/at.ed.2992129041	
CAPÍTULO 2	19
NUEVAS FORMAS DE ASESORAMIENTO EDUCATIVO	
Tulio Barrios Bulling	
DOI 10.22533/at.ed.2992129042	
CAPÍTULO 3	34
A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA	
Tiago Martins Dias	
Izalto Júnior Conceição Matos	
Paulo Martins Dias	
DOI 10.22533/at.ed.2992129043	
CAPÍTULO 4	49
MIDIATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DE SABERES EM CURSOS DE MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Arnaldo Oliveira Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2992129044	
CAPÍTULO 5	58
O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO NÍVEL SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2 EM UM CONTEXTO AMAZÔNICO	
Paulo Weslem Portal Gomes	
Arilson Jeans Monteiro dos Santos	
Mateus Silva Paixão	
Igor dos Santos Soares	
Davison Marcio Silva de Assis	
Paulo Wender Portal Gomes	
Luiza Helena da Silva Martins	
Alcindo da Silva Martins Junior	
Renata Valéria de Araujo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2992129045	
CAPÍTULO 6	75
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	
Ricardo Sérgio da Silva	
André Ricardo Nunes Nascimento	
Eliânica Rodrigues de Assunção	
Rosana Maria da Silva	
David Gadelha da Costa	

Daniel Leonardo Ramírez Orozco
Francisco Renato Silva Ferreira
Sivoneide Maria da Silva
Samuel Lima de Santana
Juliana Mendes Correia

DOI 10.22533/at.ed.2992129046

CAPÍTULO 7..... 86

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EAD: UMA EXPERIÊNCIA DE MEDIAÇÃO COM
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Maria Gorett Freire Vitiello
Eliza Adriana Sheuer Nantes

DOI 10.22533/at.ed.2992129047

CAPÍTULO 8..... 96

**UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS E INCLUSÃO DAS TIC'S NO ÂMBITO EDUCACIONAL,
NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Alexsânia Araújo de Lima
Acylena Coelho Costa

DOI 10.22533/at.ed.2992129048

CAPÍTULO 9..... 110

HÁ LUGAR PARA O BRINCAR NO CURRÍCULO DA CRECHE?

Lenilda Cordeiro de Macêdo
Mariana Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2992129049

CAPÍTULO 10..... 122

**O USO DAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA: O QUE
REVELAM PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE UMA CIDADE DO SEMIÁRIDO
BAIANO?**

Ana Cleice Souza de Menezes
Américo Junior Nunes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29921290410

CAPÍTULO 11..... 134

O PAPEL DAS DIFERENTES MÍDIAS E SUA RELAÇÃO COM O CONSUMO NA INFÂNCIA

Barbara Bombonato
Bárbara Gabriele Camargo
Ana Carolina Kastein Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.29921290411

CAPÍTULO 12..... 141

**INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (SEGUNDA FASE
DO ENSINO FUNDAMENTAL)**

Adelmar Santos de Araújo
Madalena Pereira da Silva
Valdir Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.29921290412

CAPÍTULO 13	150
<i>DISCURSO E CONSUMO CONSCIENTE: UM OLHAR VOLTADO À CULTURA DE CONSUMO DE MODA</i>	
Isabella Filipini Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.29921290413	
CAPÍTULO 14	159
CONTRIBUCIONES DE LA FOTO-ELICITACIÓN A LA FORMACIÓN REFLEXIVA DEL PSICOPEDAGOGO	
Laura Barrios Valenzuela	
DOI 10.22533/at.ed.29921290414	
CAPÍTULO 15	181
A INCLUSÃO COMO MATRIZ DE EXPERIÊNCIA: JOGOS DE PODER, SABER E ÉTICA	
Adriano de Oliveira Gianotto	
DOI 10.22533/at.ed.29921290415	
CAPÍTULO 16	196
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS DA DEFICIÊNCIA E DA INCLUSÃO	
Alliny Kássia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29921290416	
CAPÍTULO 17	207
PROJETO DE MONITORIA DE MATEMÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Anna Luiza Alino dos Santos	
Claudia Brunosi Medeiros	
Ana Beatriz Vasconcelos Pereira	
Barbara de Falchi	
Gabriel Di Angelo Martins Tognato	
DOI 10.22533/at.ed.29921290417	
CAPÍTULO 18	213
PAZ E SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Cristiane de Souza Amaral Hax	
Jefferson Marçal da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.29921290418	
CAPÍTULO 19	225
O ENSINO DE HISTÓRIA E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.29921290419	

CAPÍTULO 20	232
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS INICIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Vera Debora Maciel Vilhena	
Maria de Fátima Vilhena da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29921290420	
CAPÍTULO 21	243
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E ESTRESSE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão	
Jessyca Viviane Torres de Souza	
Lucianna Aparecida Fernandes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.29921290421	
SOBRE OS ORGANIZADORES	255
ÍNDICE REMISSIVO	257

A INCLUSÃO COMO MATRIZ DE EXPERIÊNCIA: JOGOS DE PODER, SABER E ÉTICA

Data de aceite: 28/04/2021

Data de submissão: 07/03/2021

Adriano de Oliveira Gianotto

Doutor em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO: As políticas e as práticas inclusivas, que se configuram como um imperativo de Estado, são postas em ação através principalmente da maquinaria escolar. Na medida em que ações inventam e colocam em circulação novos dispositivos – que pretendem moldar novas posições de sujeitos –, compactuam para a produção de subjetividades inclusivas, em que o sujeito é estimulado a entrar e a permanecer dentro do contexto inclusivo, desenvolvendo ações que corroboram com o imperativo da inclusão. Dentro desse contexto, pretendemos perceber a inclusão como uma matriz que produz experiências específicas, composta por saberes, normativas de comportamento e modos de ser, que corroboram para que ela se mantenha com o status de imperativo de Estado. A pesquisa é de caráter bibliográfico, cuja perspectiva teórico-metodológica se baseou nos conceitos ferramenta desenvolvidos por Michel Foucault: governo e subjetivação. As discussões propostas aqui podem ser articuladas como espaço de exposição, em que a verdade da inclusão é suspensa, questionada, e analisada a partir de três dimensões: formas de verificação, normativas de comportamento e

modos de ser virtuais para sujeitos possíveis, ajudando a entender as práticas dos sujeitos imersos dentro do tecido social inclusivo. A partir dessas problematizações propostas, podemos nos aventurar a pensar para além da inclusão, buscando a possibilidade de relação com o outro/discente, ou a formação de um espaço pedagógico, para além do discurso inclusivo.

PALAVRAS - CHAVE: 1 Inclusão. 2 Matriz de experiência. 3 Governo. 4 Subjetivação.

ABSTRACT: Inclusive policies and practices, which are configured as a state imperative, are put into action mainly through school machinery. Insofar as actions invent and put into circulation new devices - which intend to shape new positions of subjects -, they cooperate for the production of inclusive subjectivities, in which the subject is encouraged to enter and remain within the inclusive context, developing actions that corroborate with the imperative of inclusion. Within this context, we intend to perceive inclusion as a matrix that produces specific experiences, composed of knowledge, norms of behavior and ways of being, which corroborate for it to remain with the status of State imperative. The research is of a bibliographic character, whose theoretical-methodological perspective was based on the tool concepts developed by Michel Foucault: governance and subjectivity. The discussions proposed here can be articulated as an exhibition space, in which the truth of inclusion is suspended, questioned, and analyzed from three dimensions: ways of verifying, norms of behavior and ways of being virtual for possible subjects, helping to understand the practices of subjects immersed

within the inclusive social fabric. Based on these proposed problematizations, we can venture to think beyond inclusion, seeking the possibility of a relationship with the other / student, or the formation of a pedagogical space, beyond the inclusive discourse.

KEYWORDS: 1 Inclusion. 2 Experience matrix. 3 Governance. 4 Subjectivation.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema com crescentes discussões em nossa sociedade contemporânea. Desde 1994, de forma oficial após o documento da Declaração de Salamanca, políticas inclusivas vêm articulando a inclusão como uma prática, comumente entendida, “boa para todos”. As políticas e as práticas inclusivas, colocadas em exercício através, principalmente, da maquinaria escolar (MENEZES, 2011), na medida em que inventam e colocam em circulação novos dispositivos – que pretendem moldar novas posições de sujeitos e/ou novos ambientes sociais (centro de atendimento para deficientes, salas multifuncionais, ônibus escolares acessíveis, acessibilidades nas escolas, entre outros) – constroem outras subjetividades. Nesse caso, a inclusão cria condições que resultam na fabricação de subjetividades, denominadas por Menezes (2011), subjetividades inclusivas.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais inclusivas também preveem a formação de professores “aptos” a trabalharem nesse contexto. Dentro dessa formação, são oferecidos cursos complementares sobre as especificações dos denominados público alvo da educação especial, que visam assegurar o acesso desses alunos nas instituições de ensino, pautados na lógica “Educação para Todos”.

Dentro do contexto que baliza esse trabalho, salienta-se que o mesmo vai além de entender a formação inclusiva docente como um treinamento ou capacitação para se relacionar com o outro. Vai além, até mesmo, dos regimes de *veridicção*¹ (FOUCAULT, 2008b, p.49) que defendem a inclusão como universalização do direito à educação. Este artigo traz para a discussão a crescente convocação da inclusão no cenário educacional e, para isso, tem como objetivo buscar entender a inclusão como uma matriz que produz experiências específicas, e que para isso, engloba saberes, poderes e modos de ser. Este tema se torna relevante a partir do momento que a problematização de uma verdade absoluta, pode abrir possibilidades para pensamentos fora do contexto inclusivo, ou seja, a partir das discussões que serão apresentadas, poderemos contribuir para que os sujeitos possam refletir sobre conceitos dados como acabados, sólidos, criando possibilidades de praticar exercícios de pensamento no que tange a relação entre os indivíduos da nossa sociedade.

Enfim, trata-se de um trabalho de caráter bibliográfico, cujo a perspectiva teórico-

1 Para Foucault “[...] o regime de veridicção não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2008b, p.49).

metodológica está baseada nos estudos foucaultianos. Serão utilizados os conceitos ferramenta: governo e subjetivação para entender a inclusão como uma matriz de experiência, que envolver saber, poder e modos de ser, e que molda as subjetividades dos indivíduos que estão imersos na grade de inteligibilidade inclusiva. Será descrita a historicidade e os jogos de poder que possibilitam a emergência dessa ordem discursiva e a forma como ela nos atravessa dentro do tecido social atual.

2 | INCLUSÃO

Por desconfiarmos do *status* sólido e favorável da inclusão, que a configura como um regime de verdade, nos propusemos a olhá-la de outra forma, mais precisamente de fora do contexto inclusivo, atentando-nos para a historicidade do termo e como ele veio se consolidando como uma verdade absoluta e aparentemente inquestionável. Ao utilizar lentes foucaultianas para olhar essa temática, refletiremos sobre esses tensionamentos, pensaremos sobre as verdades que alicerçam essa posição de imperativo e como ele nos atravessa.

A proposta aqui é conceituar a inclusão como uma matriz de experiência, entendendo-a como um ponto a partir do qual são formados uma série de saberes e, por conseguinte, um conjunto de normas de comportamento que produzem o que podemos chamar de modos de ser para os sujeitos que estão imersos nessa matriz.

O termo matriz de experiência deriva da expressão “focos de experiência”, apresentada por Foucault (2010, p. 4) em sua obra “O Governo de si e dos outros”, que é a articulação de formas de saber, matriz de comportamentos e modos de ser virtuais para sujeitos possíveis. Tal conceito foi utilizado pelo autor na análise da loucura, que estudou primeiramente cada um desses três eixos como dimensões da experiência e posteriormente, como eles deviam ser ligados uns aos outros.

Assim como Foucault, analisamos separadamente os três eixos que compõem a matriz de experiência inclusiva pelo viés das práticas de governo e subjetivação para, posteriormente, apresentar as relações entre os mesmos dentro do contexto inclusivo.

Na seção seguinte, será tomado um olhar histórico acerca das práticas que antecederam a inclusão, a fim de investigar como tais práticas foram se consolidando na governamentalidade neoliberal, se configurando como um imperativo de Estado. Esses esclarecimentos se tornarão base para entendermos como a inclusão perpassa os sujeitos.

2.1 Inclusão como Prática de Governo

A necessidade de olharmos a história para compreendermos o presente nos fez entender que para tensionar a inclusão não basta só recorrer ao presente, mapeando políticas, práticas, estatísticas, etc. é condição para entender a sua emergência, buscar conhecimentos históricos que alicerçaram esse tema; que fazem entender aquilo que nos

tornamos hoje.

Dessa maneira, foi realizada uma abordagem particular para essa questão, uma história crítica das relações entre a inclusão e o governamental. Como lembra Rose (2011), uma história crítica é aquela que ajuda a pensar as condições sobre as quais aquilo que tomamos como verdade e realidade foi estabelecido, “[...] ela nos permite pensar contra o presente no sentido de explorar seus horizontes e suas condições de possibilidade. Seu objetivo não é predeterminar o julgamento, mas torná-lo possível” (p. 65).

Pretendemos, com essa explanação, perceber como a inclusão se concretiza por meio de relações de poder, que é um dos eixos que constituem a inclusão como uma matriz de experiência. Estas práticas de poder, acabam criando uma sociedade inclusiva que, por conseguinte, possui uma relação direta com as nossas práticas diárias.

Dentro do empreendimento analítico que realizaremos aqui acerca da constituição histórica da emergência da inclusão, iremos agora relatar sobre alguns conceitos tais como exclusão, reclusão e inclusão, olhando na história as práticas que caracterizavam esses termos. Aliada à história, nos serviremos da etimologia das palavras; isto nos possibilitará observar as ressignificações que os termos tiveram ao longo dos anos.

A palavra exclusão, de acordo com Dicionário Houaiss (2009), foi datada em 1550, antes mesmo da palavra inclusão. Etimologicamente, a palavra exclusão tem origem no latim *exclusio*, -ōnis e significa exclusão, ação de afastar; exceção, fim. Como explicaremos adiante, as práticas de exclusão aos poucos foram sendo substituídas pelas práticas de reclusão até que se chegasse, enfim, nas práticas denominadas de inclusivas.

Datada em 1623, a palavra reclusão é derivada do latim *reclusus*, *reclusio*, -ōnis e possui quatro acepções: (1) ato ou efeito de encerrar, de prender; (2) estado de preso; cativo, prisão, cárcere; (3) afastamento voluntário do convívio social; (4) modalidade de pena mais grave entre as penas privativas de liberdade (HOUAISS, 2009).

A palavra inclusão, datada em 1665, vem do latim *inclusio*, -ōnis, e significa encerramento, prisão. Assim como as palavras citadas anteriormente, os seus usos foram sendo ressignificados até os dias atuais. Conforme o Dicionário Houaiss, a palavra incluir possui quatro acepções: (1) verbo: encerrar, pôr dentro de; fazer constar de; juntar(-se) a; inserir(-se), introduzir(-se); (2) fazer figurar ou fazer parte de um certo grupo, uma certa categoria de pessoas; pôr; (3) conter em si; compreender, conter, abranger; (4) trazer em si; dar origem a; implicar, envolver, importar (LOPES; FABRIS, 2013).

Guardando as especificidades linguísticas, desenvolveremos agora historicamente as práticas de exclusão, reclusão e inclusão.

Ao tomar as lentes foucaultianas, percebe-se que partiu-se da exclusão daqueles que eram ignorados pelo Estado para a busca estatística, alicerçada pela busca ativa, de todos. Da reclusão por confinamento, para a reclusão em tempo parcial - dos indivíduos considerados em risco social – nas denominadas instituições de sequestro (escola, hospitais, manicômios), ou seja, para a reeducação. E da reclusão em espaços de confinamento

parcial do tempo, para uma (ainda esperada) inclusão total. Dito de outra forma, somos conduzidos a pensar os movimentos da reclusão instaurada no século XVIII – que retirava os indivíduos do convívio social – e da reclusão no século XIX, que teve a função de confinar os indivíduos nas instituições de sequestro. Enquanto no primeiro modo tem-se uma inclusão por exclusão dos marginais, no segundo modo a inclusão e a normalização como fins da reclusão (LOPES; MORGENSTERN, 2014, p. 184).

Procurando pensar de outra forma a inclusão e acreditando que ela tem uma construção histórica (LOPES; FABRIS, 2013), pretendemos mostrar a historicidade do uso da palavra e apresentar a inclusão como prática de governo.

Olhando para as dinâmicas que vêm compondo o nosso mundo através de séculos, no que diz respeito às formas de desenho do Estado, Foucault (2008a) identificou em determinada época a existência de um poder soberano, que estabelecia o seu domínio sobre um território. Em outra época, o poder disciplinar, que estabelecia um modo mais organizado de vida, sustentado pelo domínio de um Estado e por um rígido disciplinamento sobre cada um. E com o liberalismo, emergiu-se a possibilidade de uma nova “arte de governar”, que governa a todos e a cada um. É importante salientarmos que as mudanças nas formas de desenho do Estado não indicam a substituição de uma pela outra, elas coexistem, predominando a forma mais atual.

Se antes, na sociedade disciplinar – Estado administrativo (séculos XV e XVI) – a arte do governo estava ligada à Razão de Estado, no Estado liberal – Estado governamentalizado – ela aparece ligada ao mercado. A palavra governo é utilizada aqui seguindo as discussões de Veiga-Neto (2002); entendida como ações de poder que visam conduzir as condutas dos outros e as nossas próprias condutas.

A lógica liberal voltada para a naturalidade do mercado priorizando o livre comércio, foi aos poucos, sendo substituída por formas neoliberais de governo, devido principalmente ao alto custo econômico da manutenção do exercício da liberdade. Com a emergência do neoliberalismo, fundamentado em princípios formais de uma economia de mercado, o foco não está mais em manter um governo econômico e sim, um governo da sociedade. Nas palavras de Lopes e Dal'Igna (2012):

[...] Há pelo menos duas mudanças importantes que queremos ressaltar. Primeiro, o liberalismo propunha que o Estado fosse regulado pela economia de mercado – livre-mercado. O neoliberalismo propõe que a livre troca seja pouco a pouco substituída pela concorrência e competição – lógica da empresa; segundo, para o liberalismo, a liberdade de mercado podia ser mantida, desde que não produzisse distorções sociais. Para o neoliberalismo, os processos sociais serão analisados sob a grade de racionalidade de mercado – todas as condutas, de certa maneira, passam a ser reguladas por essa lógica (p. 854-855).

Com esses movimentos, Foucault mostra o deslocamento da arte de governar pautada no território, para um governo pautado na população². A população nesse sentido é um elemento coletivo que precisa ser governado para bem produzir mas, também, é o meio onde se realiza o governo de cada indivíduo.

Para se gerir a população, houve o desenvolvimento da economia política, um saber necessário para calcular os processos coletivos criados pela população e, a partir disso, fazer funcionar dispositivos que objetivam garantir a sua segurança. Era necessário gerenciar essa população de modo que os riscos que ela poderia gerar ao Estado fossem mantidos sob controle.

Essas práticas da gestão governamental que tem na população o seu objetivo, na economia o seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança os seus mecanismos básicos, foram denominadas por Foucault de Governamentalidades³. Ainda sobre esse conceito, Veiga-Neto (2013, p. 6) propõe pensar a governamentalidade como a “[...] articulação entre o sujeito e a população de que o sujeito faz parte, [...] na intersecção do eixo da subjetividade com o eixo populacional, na intersecção do eixo em que o sujeito governa a si mesmo com o eixo em que o sujeito governa os outros”.

Essa expansão de domínios torna o Estado cada vez mais onipresente. O Estado articulado às relações de mercado, aposta em políticas que enfatizam a importância do empresariamento de si, incentiva políticas sociais de assistência, educacionais e inclusivas, voltadas para o *Homo oeconomicus*⁴ (LOPES, 2009, p. 109).

Por meio da economia neoliberal, a sociedade de seguridade⁵ não se situa mais entre o proibido e o permitido e sim, se organiza em torno de um poder que incita a participação efetiva e permanente de todos e de cada um. Para Foucault (2003a, p. 253) “o poder é algo que funciona através do discurso, por que o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. Assim, pode-se dizer que as formulações discursivas acabam orientando práticas que resultam em efeitos desejados e específicos modos de vida. Nesse caso, no modo de vida neoliberal, os discursos desenvolvidos corroboram para a auto condução dos sujeitos.

De acordo com Lopes (2009), é possível apontar pelo menos duas grandes regras que operam nesse jogo neoliberal: manter-se sempre em atividade, e todos devem estar incluídos, mas em diferentes níveis de participação.

2 A partir de Foucault (2008a), entendo que a população não é uma realidade dada, ela é o produto de interação de diversas práticas discursivas ou não-discursivas atuantes no cenário social no contorno de objetos e pessoas dentro da cidade.

3 Seguindo a proposta de Veiga-Neto, utilizamos a palavra governamentalidade no plural para lembrar as diferentes configurações da racionalidade neoliberal no mundo.

4 Conforme escreve Foucault (2008a), o *Homo oeconomicus* é um homem eminentemente governável, dele se espera ações capazes de autogestão e auto condução.

5 Por sociedade de seguridade entende-se aquela na qual a economia geral de poder é formulada pelas tecnologias de segurança: “série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação de sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc.” (FOUCAULT, 2008a, p. 11). Desse modo, a preocupação do Estado está em administrar os perigos em relação à vida da espécie, o objetivo é a segurança da população em termos de sua distribuição e existência.

Para a manutenção da atividade, ninguém pode deixar de se integrar nas malhas do jogo de mercado que garantem que “todos” sejam beneficiados pelas ações de Estado e de mercado. Por sua vez, a articulação e dependência entre o Estado e o mercado, denominada por Roos (2009) de “Razão de Mercado”, são responsabilizados pela tarefa de educar a população a partir de um viés empreendedor.

Na segunda regra, fundamentada na inclusão de todos de acordo com jogos de desigualdades, não se admite que alguém perca tudo ou fique sem jogar. Para tanto, as condições principais de participação são três: ser educado em direção a entrar no jogo, permanecer no jogo (permanecer incluído), desejar permanecer no jogo.

A primeira condição, ser educado em direção a entrar no jogo, é viabilizada através dos mecanismos educadores. Tais mecanismos não se resumem ao caráter pedagógico – a escola –, eles educam a partir daquilo que mobilizam nos indivíduos, para que possamos garantir, por nós mesmos, as condições para estarmos e permanecermos dentro das redes produtivas que se mantêm sob uma base trabalhista.

A inclusão via políticas de inclusão, funciona como um dispositivo biopolítico⁶ a serviço da segurança das populações, proporcionando a permanência dos indivíduos no jogo – segunda condição de participação. Ao estarem incluídas, as pessoas tornam-se alvos fáceis de ações que visam conduzir as condutas humanas dentro do jogo econômico neoliberal.

Desejar permanecer no jogo é a terceira condição de participação. É o desejo de permanecer no jogo que mobiliza os jogadores a quererem que seus pares continuem jogando. Para isso, as ações do Estado devem estar em consonância com o mercado, para que mesmo aqueles que não geram o próprio sustento, consigam recursos para girar, mínima e localmente, uma rede de consumo.

Ao colocar que o ponto comum entre o econômico e o social é a regra da não exclusão, Foucault (2007), possibilita a compreensão da inclusão como um imperativo neoliberal para manutenção de todos nas redes do mercado.

Nessa lógica, Kraemer (2014) afirma que as subjetividades produzidas a partir da inclusão fazem com que o sujeito queira participar do jogo e nele permanecer o maior tempo possível, pois esses estão condicionados ao princípio da inclusão. Sendo assim, ela não apenas conduz a conduta dos sujeitos, também opera na organização do Estado, diminuindo o risco social.

Conduzindo a conduta dos sujeitos, a inclusão pode ser entendida como uma prática de governo que, na contemporaneidade, passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia (LOPES, 2009).

A partir do empreendimento analítico realizado acerca da constituição histórica da

6 Os dispositivos biopolíticos, que colaboram para o funcionamento das biopolíticas, estão direcionados à vida de todos e de cada um. Objetivam regular a vida ameaçada pela doença, pelo desemprego, pela miséria, pela velhice, pela deficiência.

emergência da inclusão, relataremos como ocorre essa condução das condutas humanas dentro dessa governamentalidade neoliberal. Desencadeando processos de subjetivação, por meio do governo dos sujeitos, e utilizando a maquinaria escolar como um dispositivo para que todos estejam imersos na lógica inclusiva; o neoliberalismo produz subjetividades inclusivas que alimentam a cadeia do processo inclusivo, fazendo com que o mesmo passe do plano do possível para o plano do necessário.

2.2 Governo, Processos de Subjetivação e Educação Escolar

Passarei, agora, para a discussão dos dois outros eixos que caracterizam a inclusão como uma matriz de experiência, os saberes e as formas de subjetivação produzidos a partir das condições analisadas anteriormente. Trata-se, portanto, de compreender como nós nos constituímos como sujeitos. Assim, o processo de subjetivação não nos leva a questionarmos a essência do sujeito – Quem sou eu? – mas sim, como nos relacionamos com nós mesmos – Como me tornei quem sou? (LOPES; DAL'IGNA, 2012)

Com base nesse entendimento, Rose (2011) explica que a subjetivação é o nome que podemos dar aos efeitos da composição e recomposição de forças, práticas e relações que se esforçam ou operam para transformar o ser humano em diversas formas de sujeito, que sejam capazes de se constituir em sujeitos de suas próprias práticas, bem como das práticas de outro sobre eles.

Rose (1998) ainda explica que a administração do eu contemporâneo pode ser dividida em três modos de ver e compreender. Em primeiro lugar, as capacidades pessoais e subjetivas dos cidadãos têm sido incorporadas aos objetivos e aspirações dos poderes públicos. Os governos e todos os matizes políticos têm formulado políticas, movimentando toda uma maquinaria, estabelecendo burocracias e promovendo iniciativas para regular a conduta dos cidadãos. Isso ocorre através de uma ação sobre suas capacidades e propensões mentais. Em segundo lugar, a administração da subjetividade tem-se tornado uma tarefa central da organização moderna; as organizações vieram preencher o espaço entre as vidas “privadas” dos cidadãos e as preocupações “públicas” dos governantes. E por fim, em terceiro lugar, o presente surgimento e a multiplicação de novos grupos profissionais, caracterizando uma nova forma de *expertise*, uma *expertise* da subjetividade.

Engendrada nos três modos de ver e compreender a administração do eu contemporâneo, está a educação escolar em sua totalidade. A escola se encaixa como uma maquinaria atuando na regulação das capacidades subjetivas dos sujeitos que nela circulam.

[...] Entre todas as instituições de captura do indivíduo do tempo da vida, a escola, também por ser obrigatória para todos, é a que mais se destaca, desde o século XIX, na produção de sujeitos disciplinados, dóceis (Modernidade), flexíveis e competitivos (Contemporaneidade). Isso significa que, desde a Modernidade e a invenção da obrigatoriedade da escola para todos, não há

como pensar em possíveis respostas à pergunta *como me tornei quem sou?* sem considerar a grande maquinaria escolar (LOPES; DAL'IGNA, 2012; grifo das autoras).

Veiga-Neto (2013) argumenta a educação escolar como convocatória para a execução de programas de clara intervenção social, que asseguram a formação de um campo possível para ações que favorecem a consolidação da inclusão. Dentro disso, sabe-se que essas convocatórias são de fácil acesso da população, por estarem disponibilizadas na mídia e no marketing que o neoliberalismo faz de si mesmo.

Como alerta o autor, é preciso ver numa camada menos superficial, a fim de dar conta que tais circulares esperam mais do que a universalização dos direitos. Com isso, a formação de uma sociedade inclusiva tornou-se crucial para o bom funcionamento do neoliberalismo, assegurando a criação de espaços constituídos justamente por subjetividades sintonizadas com – e a serviço – do neoliberalismo.

Nessa perspectiva, o que parece estar sendo anunciado na contemporaneidade é que a inclusão escolar passou de possibilidade para necessidade; houve um deslocamento do público-alvo dos processos de subjetivação, o foco não é mais o aluno a ser incluído e sim, a sociedade que deve ser inclusiva (MENEZES, 2011).

As políticas e as práticas inclusivas, na medida em que inventam e colocam em circulação novos dispositivos de subjetivação, de modo a moldar novas posições de sujeitos e/ou novos ambientes sociais (centro de atendimento para deficientes, salas multifuncionais, ônibus escolares acessíveis, acessibilidades nas escolas, entre outros), constroem novas subjetividades. Nesse caso, a inclusão pode ser pensada como o desenho de uma nova gramática no saber pedagógico, um conjunto de regras a partir das quais resultam na fabricação de subjetividades, denominadas de subjetividades inclusivas. Tais subjetividades são significadas na tese de Menezes (2011), como aquelas que, mobilizadas pelo acesso (sem restrições) e pela igualdade de oportunidades que lhes são ofertados, se sentem estimuladas (sujeitando-se) ao auto investimento, práticas relativas ao modo de vida das sociedades contemporâneas, nas quais operam o imperativo da inclusão.

Assumindo a escola como local de circulação de poderes/saberes que alicerçam o imperativo da inclusão, pode-se tomar o educador como parte dessa grade de inteligibilidade inclusiva, que refletirá diretamente em suas práticas docentes.

Como explicam Lopes e Dal'igna (2012), em meados do século XX, com o movimento da Escola Nova, o olhar docente passa a ser formado para estar atento às particularidades dos educandos. As diferenças e as particularidades de cada aluno passam a ser elementos fortemente considerados na condução das condutas pedagógicas. Agregado a isso, os docentes também são responsabilizados por atender às demandas escolares, de disciplinamento e homogeneização. Isso porque a subjetividade discente tornou-se um elemento-chave do processo de inclusão, ou seja, a vida organizacional pedagógica adquiriu um matiz psicológico.

Relacionando o governo com a produção de subjetividades, tento deixar claro que, dentro da governamentalidade neoliberal, existem processos de subjetivação que produzem subjetividades inclusivas. A escola é vista como um espaço propício para a produção dessas subjetividades, desde então, toda a comunidade pedagógica está propensa a ser subjetivada a partir do imperativo da inclusão. No espaço educativo, a subjetividade docente é o que chama a atenção, porque emergidos nesse contexto, os professores são facilmente conduzidos a reproduzir práticas e discursos consolidados na sociedade inclusiva.

Feitos esses esclarecimentos, passaremos a tematizar de forma mais detida a inclusão educacional como matriz de experiência, de forma a pensar o contexto educacional inclusivo como articulador de saberes, de normativas e de subjetividades.

2.3 Inclusão como Matriz de Experiência

Ao acreditarmos que a constituição do sujeito é um efeito de um processo de subjetivação, o qual Foucault também chama de experiência, existe algo que é da ordem da experiência e que se configura como uma matriz, imprimindo modos de ser e operando na fabricação dos sujeitos.

A experiência da inclusão, ou melhor, a inclusão como finalidade e como justificativa para o desenvolvimento de um conjunto de exercícios sobre nós mesmos e sobre os outros, constitui-se num foco importante de atenção quando se trata de perceber como a inclusão molda os sujeitos.

Tomar a inclusão como uma matriz de experiência, nos termos de Lopes e Morgenstern (2014) é entendê-la como uma região que conjuga três fluxos: saberes, poderes e formas de subjetivação específicas de nosso tempo. Desse modo, poder, saber e ética articulam-se, engendram-se, organizam-se, produzindo sujeitos de determinado tipo. Assim, “o poder exerce-se a partir de um saber que, em sintonia com a ética do outro, possibilita a sua condução e inscrição, ou seja, o agenciamento por meio da matriz de experiência” (FABRIS; DAL’IGNA; OLIVEIRA, 2014, p.5).

Assim como Foucault (2010, p. 5) analisou a loucura como experiência, podemos traçar a historicidade da inclusão seguindo as pegadas das formas de verificação (saberes), das matrizes normativas de comportamento e dos modos de existência ‘virtuais’, propostos para sujeitos possíveis.

Com relação a esse ponto, é necessário esclarecer que nenhuma das três dimensões opera de modo isolado ou independente, e que escolher alguma delas para realizar o estudo da experiência da inclusão leva ao encontro das outras duas.

As formas de saber possíveis se estabelecem pelos discursos que passaram a compor as fronteiras entre a normalidade e a anormalidade. Em outras palavras, a inclusão como matriz de conhecimentos, que podem ser do tipo médicos, psicológicos, pedagógicos, etc., pode ser vista como campo de emergência de práticas, que fazem circular verdades

em torno das diferenças e das potencialidades dos sujeitos. Nessa esteira, valendo-se do que Foucault (2010) chama de governo pela verdade, penso que o governo é aquele que conduz os indivíduos a se converterem à inclusão como uma verdade a princípio, “boa para todos”. Isso acaba se tornando uma condição necessária para que todos possam usufruir de direitos mais equânimes de vida, em consequência, desenvolverem subjetividades inclusivas.

As normativas de comportamento – na medida em que instituem e naturalizam o estar junto, no mesmo espaço, como uma condição necessária para certa estabilidade do Estado – são um conjunto de normas de comportamento que, ao mesmo tempo em que corroboram para o status de imperativo de Estado da inclusão, também conduzem os indivíduos ditos normais e os anormais em relação a essa verdade. Nesse sentido, tais matrizes normativas podem ser reconhecidas através do conjunto de exercícios, técnicas e procedimentos utilizados na orientação da conduta para certos fins práticos, destinados à sua obtenção.

Algumas normativas legais podem ser encontradas nos documentos sobre a Educação especial e a Educação inclusiva no Brasil; por ser um documento recente, mostrarei abaixo alguns trechos da Meta 4, disposta do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014, p. 55) para exemplificar tal argumentação:

Estratégia 4.6: manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação *(grifo nosso)*.

Estratégia 4.9: fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude *(grifo nosso)*.

Estratégia 4.10: fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; *(grifo nosso)*.

Nas estratégias apresentadas anteriormente, podemos observar a ênfase que é dada ao acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas instituições de ensino. As ações são direcionadas para o transporte, modificações arquitetônicas, tecnologias educacionais, entre outras. Desta forma, estamos sujeitos a uma subjetivação que resume a inclusão ao acesso e permanências de pessoas com deficiências a ambientes escolares. E essa subjetivação, pode estar definindo nossos modos de ser, as atitudes que tomamos frente a esse tema, e pode até estar influenciando as atitudes das pessoas que se encontram a nossa volta.

Acreditar que a experiência da inclusão define a constituição de certo modo de ser do sujeito com relação ao outro, ou com relação a si mesmo, supõe a presença de modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. Virtuais porque esses são expressados em nossa subjetividade, e estão sujeitos a mudanças de acordo com a grade de inteligibilidade inclusiva. Possíveis porque são modos que se materializam a partir da relação entre os sujeitos, ou consigo mesmo.

3 | CONCLUSÃO

Para localizar as discussões propostas nesse trabalho, recorreremos ao contexto histórico em que a inclusão passou a emergir dentro da sociedade, e relacionamos essa emergência com as estratégias de governo apresentadas pela governamentalidade neoliberal. Argumentamos, ainda que, por ser um imperativo de Estado e a partir daí assumir um caráter de matriz de experiência, a inclusão articula saberes, poderes e modos de ser. Por consequência, isso acarreta atitudes contemporâneas de inclusão que, se pensadas dentro do contexto educacional, refletem diretamente na prática docente.

Entende-se por atitudes contemporâneas de inclusão, aquelas ações fruto das subjetividades inclusivas, ou seja, um indivíduo, ao estar imerso dentro da grade de inteligibilidade inclusiva, está à mercê de influências de tal meio, de modo que possa vir a praticar ações características do imperativo inclusivo, veiculadas por meio de saberes, poderes e modelos de vida.

O objetivo não é questionar se as influências do imperativo da inclusão são benéficas ou não para um indivíduo ou para a sociedade em que ele vive, trata-se de discutir problemáticas que estão a nossa volta e que, na maioria das vezes, por estarmos tão envolvidos pelas mesmas, não percebemos como elas nos moldam.

Com isso, as discussões propostas aqui podem ser articuladas como espaço de exposição, em que a verdade da inclusão é suspensa, questionada, e analisada a partir de três dimensões: formas de verificação, normativas de comportamento e modos de ser virtuais para sujeitos possíveis, ajudando a entender as práticas dos sujeitos imersos dentro do tecido social inclusivo.

A partir das discussões propostas nesse artigo, podemos observar que o imperativo

da inclusão modela as subjetividades dos sujeitos de acordo com seus interesses, e esses sujeitos, na maioria das vezes, não percebem que são o alvo direto de ações inclusivas. Nesse interim, é importante percebermos o contexto no qual estamos inseridos e, uma vez ou outra, questionarmos alguns conceitos que nos são apresentados como verdades consolidadas e benéficas, para que nós não sejamos apenas peças dentro do jogo neoliberal inclusivo, mas sim, cidadãos críticos e participativos, que tem a potencialidade de pensar outras estratégias que não sejam aquelas impostas por pela sociedade inclusiva.

Diante disso, a aventura de pensar para além da inclusão, buscando a possibilidade de relação com o outro/discente, ou a formação de um espaço pedagógico, para além do discurso inclusivo, se torna uma contra conduta dentro do contexto inclusivo.

Estas reflexões podem contribuir para que os sujeitos adotem uma postura crítica em relação às verdades pelas quais eles educam e são educados, colocando à prova conceitos que se instauraram como acabados, estáticos; ensaiando novas possibilidades para tais concepções.

Ao proporcionar aos leitores um exercício de pensamento, estamos dando a eles ferramentas para que os mesmos possam praticar lições de emancipação intelectual. Pensando a emancipação, segundo a interpretação de Rancière, pode-se dizer que ela não é feita de atos espetaculares, inovadores; mas é moldada por uma busca para criar novas formas de pensar e fazer o comum, diferentemente daquelas que estão instaladas como consensos (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014, p. 90).

Esse exercício de pensamento remonta uma noção de poder, que não é o poder do controle, da disciplina, mas o poder da potencialidade. A potencialidade segundo ROOS (apud MASSCHELEIN; SIMONS, 2014, p. 90), é a capacidade que pessoas comuns têm de descobrir formas de ação para agir sobre coisas comuns. Assim, ela pode ser compreendida como uma alavanca para despertarmos a vontade, a atenção destes sujeitos, para refletir sobre suas práticas, e pensar se é possível relacionar-se como o outro desde fora da inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2014). Lei nº 13.005, de 25 de janeiro de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 27 maio 2015. EXCLUSÃO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

FABRIS, Elí Henn; DAL'IGNA, Maria Cláudia; OLIVEIRA, Sandra de. Experiência, memória e formação em um programa brasileiro de iniciação à docência. In: Mesa Redonda Experiencia, memoria y formación, Recife, 2014. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1nNGkvAgQLsJ:prealas2014.unpa.edu.ar/sites/prealas2014.unpa.edu.ar/files/ckeditor/46/Texto%2520Experiencia,%2520memoria%2520e%2520formacao%2520eliamaria%2520claudia-sandra.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=de>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222. Disponível em:< <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-a-vida-dos-homens-infames.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso ministrado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

INCLUSÃO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

KRAEMER, Graciele Marjana. Inclusão escolar e a governamentalidade neoliberal. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 10, 2014, Florianópolis. **Cadernos**. Florianópolis: X Anped Sul, 2014. p. 1 - 18. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/786-0.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2021.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). **Inclusão Escolar: Conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 107-130.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Subjetividade docente, inclusão e gênero. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 20, p.851-867, jul./set. 2012.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura Corcini; MORGENSTERN, Juliane Marchall. Inclusão como matriz de experiência. **Proposições**. Campinas. v. 25, n. 2, p. 177-193, maio/ago. 2014.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção Educação: Experiência e Sentido)

MENEZES, Eliana Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

RECLUSÃO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

ROOS, Ana Paula. Sobre a (in)governabilidade da diferença. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). **Inclusão Escolar: Conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 13-31.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45.

_____. **Inventando os nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social)

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Benedicto Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

_____. **Estudos de Biopolítica e Educação na América Latina**: avaliação e perspectivas. 2013. Conferência de Encerramento. Disponível em: <[http://www.michelfoucault.com.br/files/IV CLAB - II CIBE - Encerr. Texto Final para LER - 6set13.pdf](http://www.michelfoucault.com.br/files/IV%20CLAB%20-%20II%20CIBE%20-%20Encerramento%20Final%20para%20LER%20-%206set13.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, 3. ed. 160 p. (Coletânea Pensadores & Educação)

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 100, n. 28, p.947-963, out. 2007. Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 4, 5, 7, 11, 12, 51, 52, 53, 54, 56, 70, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 114, 127, 128, 130, 138, 141, 142, 144, 145, 147, 182, 191, 192, 197, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 218, 222, 224, 227, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 248, 250, 251

Análise de Discurso 196, 197, 200, 204

Aprendizagem 5, 10, 36, 37, 40, 49, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 69, 70, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 191, 219, 221, 222, 226, 227, 229, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 256

Asesoramiento 6, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

B

Brincar 7, 38, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 134, 135

C

Circulação 6, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 181, 182, 189

Comunicação 7, 10, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 58, 61, 69, 72, 77, 86, 88, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 107, 114, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 144, 150, 208, 241

Condições de trabalho 2, 3, 4, 8, 11, 17, 81, 119, 120, 243, 246, 250, 252, 254

Consumo consciente 8, 150, 151, 152, 153, 154, 156

Covid-19 59, 60, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 123, 125, 129, 212

Criança 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 134, 135, 137, 215

Cultura da Paz 213, 214, 218, 221, 222

Cultura de Consumo 8, 150, 151, 156

Currículo 7, 3, 22, 23, 26, 78, 85, 96, 97, 110, 115, 117, 118, 119, 120, 127, 139, 203, 209

D

Deficiência 8, 118, 187, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Direitos 6, 8, 101, 110, 111, 114, 117, 121, 143, 189, 191, 201, 202, 203, 222, 223, 250

Discurso 8, 15, 42, 57, 110, 120, 147, 150, 151, 152, 156, 157, 167, 175, 181, 182, 186, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206

Docente 5, 6, 9, 1, 3, 4, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 32, 34, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 76, 78, 79, 80, 83, 85, 96, 97, 100, 102, 104, 108, 124, 127, 130, 144, 159, 164, 168,

182, 189, 190, 192, 194, 203, 217, 234, 238, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255

E

Educação 2, 5, 6, 8, 9, 1, 3, 5, 10, 18, 34, 48, 49, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 182, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 239, 241, 242, 243, 245, 246, 252, 255, 256

Educação Básica 9, 34, 75, 77, 83, 98, 107, 124, 126, 139, 147, 232, 233, 234, 255

Educação do Campo 8, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 255

Educação Histórica 8, 225, 226, 227, 230, 231

Educação Inclusiva 8, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206

Educação Infantil 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 148, 241, 242

Enfoques Tradicionales 19, 32

Ensino 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 16, 17, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 182, 191, 192, 196, 197, 200, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 212, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 237, 238, 241, 243, 245, 246, 252, 253, 255, 256

Ensino da Matemática 122, 127, 212

Ensino interdisciplinar 141, 145

Ensino Superior 9, 58, 59, 60, 61, 70, 71, 73, 87, 89, 94, 95, 104, 108, 243, 245, 246, 252, 255

Equipe Gestora 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84

Estatística 63, 72, 107, 184, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 255, 256

Estigma 6, 1, 3, 10, 15, 16, 17, 18

Estresse 9, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 100, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254

F

Foto-elicitación 8, 159, 160, 163, 164, 165, 178, 179

G

Geografia 7, 72, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Gestão Democrática 6, 75, 77, 82, 83, 84, 85, 229

Governo 181, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 192

H

História 7, 8, 34, 111, 112, 121, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 183, 184, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 214, 217, 219, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 244, 255

I

Inclusão 5, 7, 8, 4, 96, 99, 107, 124, 133, 139, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 203, 204, 205, 206, 233, 238, 256

Indagação narrativa visual 159, 163

Iniciação Científica 7, 86, 87, 88, 89, 94, 95

Inovação metodológica 141

M

Matriz de experiência 8, 181, 183, 184, 188, 190, 192, 194

Mediação e Formação 86

Mídia 57, 134, 136, 138, 139, 152, 153, 189, 212

Midiatização 6, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Moda consciente 150, 151

Multimodalidad 159

N

Nuevas Concepciones 19

P

Pandemia 5, 6, 7, 8, 1, 9, 17, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 99, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 207, 208, 212

Pós-Graduação 6, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 56, 69, 84, 87, 121, 141, 194, 196, 197, 246, 254, 255

Práticas Pedagógicas 6, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 80, 97, 110, 117, 119, 120, 127, 130, 222, 232, 233

Precarização 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 69, 73, 79, 80, 85, 89, 93, 100, 108, 109, 125, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 181, 208, 210, 216, 219, 221, 224, 227, 232, 233, 234, 237, 238, 241, 243, 246, 248, 249, 253, 254, 255, 256

Psicopedagogia 23, 159, 164

R

Reflexión Docente 159

S

Saberes 6, 39, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 72, 79, 84, 89, 90, 91, 93, 96, 109, 120, 127, 131, 133, 145, 148, 161, 181, 182, 183, 188, 189, 190, 192, 199, 204, 205, 216, 222, 223, 229

Saúde Docente 243

Sufrimento 6, 1, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 201, 244, 249, 252, 254

Subjetivação 181, 183, 188, 189, 190, 192

Sustentabilidade 5, 8, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

T

Tecnologia 48, 53, 58, 72, 89, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 128, 133, 136, 191, 215, 241, 246

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação 7, 61, 86, 88

Tecnologias educacionais 59, 60, 192

TIC 7, 51, 57, 70, 96, 98, 101, 102, 104, 106, 108, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 133

Trabalho docente 5, 6, 9, 1, 3, 4, 10, 17, 18, 243, 245, 248, 249, 250, 252





U

Ubíqua 96, 99, 105, 108

V

Vídeos 10, 50, 51, 56, 90, 91, 92, 207, 209, 210, 211, 212

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021